

## 2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

29.11.2017

### PAOD - Declaração Política

#### Orçamento de Estado para 2018

Na passada segunda-feira, 27 de Novembro, foi aprovado na Assembleia da República, o Orçamento de Estado (OE) para 2018, com os votos favoráveis das bancadas do PCP, PEV, PS, BE e PAN.

Desde a sua apresentação na Assembleia da República, em meados de Outubro, conforme foi afirmado pelo seu líder parlamentar, *o PCP não desperdiçou nenhuma possibilidade de avanço e conquista de direitos e rendimentos, continuando a bater-se por uma verdadeira política alternativa, patriótica e de esquerda que responda aos problemas estruturais do país e assegure o progresso, o desenvolvimento e a justiça social...*”

Apesar do documento aprovado ser um OE do Governo PS, tem, nas conquistas e reposição de direitos alcançadas pelos trabalhadores e o povo, a marca ou o apoio do PCP.

No âmbito da discussão deste documento, o PCP apresentou inúmeras propostas, das quais destacamos algumas das que foram aceites:

- **A aprovação da perspectiva de contratação de trabalhadores na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado;**
- Ao nível da **reposição de direitos dos trabalhadores**, nomeadamente na administração pública, aprovou-se o pagamento integral das horas extraordinárias, trabalho nocturno e horas de qualidade e reposição do pagamento por inteiro do subsídio de Natal;
- No setor privado, garantiu-se o pagamento por inteiro dos subsídios de Natal e Férias;
- **Na Segurança Social**, foi assegurado o aumento extraordinário das pensões que abrangerá mais de 1 milhão e 600 mil reformados, o tempo do Serviço Militar Obrigatório passa a contar integralmente para efeitos de aposentação e as pessoas com deficiência, veem reduzido para metade, já em 2018, o custo do atestado multiuso de incapacidade, com a perspectiva da sua gratuidade em 2019. Na proteção no desemprego, é eliminado o corte do subsídio e prorrogada a medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração;
- **Na política fiscal** foi garantido o desagravamento do 2º e 3º escalões do IRS abrangendo 2 milhões e 800 mil pessoas e a isenção ou redução do IRS nos salários e reformas mais baixos;
- **Na saúde**, aprovou-se o aumento do número de Unidades de Cuidados na Comunidade;
- **Na educação** reduz-se o número de alunos por turma, aponta-se o reforço de meios para a educação especial, torna-se obrigatória a fiscalização das cantinas escolares, a avaliação da qualidade das refeições e dos encargos com as concessões das cantinas. Aponta-se ainda a melhoria das condições de funcionamento das salas de educação

pré-escolar. É alargado o regime de gratuidade dos manuais escolares com a sua distribuição no início do ano letivo de 2018/2019, a todos os alunos do 2.º ciclo do ensino básico da rede pública;

- **No ensino superior** suspende-se a atualização das propinas e alargam-se os limites orçamentais para efeitos de valorização da carreira docente universitária;
- **Na cultura** é criado um Programa Nacional de Emergência do Património Cultural, a par da garantia de intervenção na Fortaleza de Peniche nos termos já definidos para a sua valorização e da redução do IVA de 23% para 13% na aquisição dos instrumentos musicais;
- **Na energia**, os custos com a tarifa social do gás natural passam a ser encargos das empresas grossistas e não dos consumidores e é criado um incentivo a atribuir a serviços e organismos da Administração Pública central e local no âmbito da eficiência energética.
- Medidas de apoio aos Pequenos e Médios Empresários, à agricultura e às pescas, foram também incluídas no OE por proposta do PCP.

Estas são algumas, das cerca de 50 propostas apresentadas pelo PCP, aprovadas na especialidade e que traduzem o empenho em levar tão longe quanto possível as medidas positivas deste Orçamento.

Contudo, nem sempre os avanços alcançados traduzem integralmente o que foi proposto pelo PCP. Quanto à progressão nas carreiras, embora tenham sido aprovadas propostas apresentadas pelo PCP, que levam mais longe a defesa dos direitos dos trabalhadores na progressão na carreira, não ficou clarificado, que todo o tempo de serviço deve ser contado para efeitos da valorização remuneratória que resulta da progressão na carreira e esse é um objectivo pelo qual é preciso continuar a lutar, na aplicação das normas do OE.

Também em matéria de incêndios se ficou aquém daquilo que o PCP propunha: Das 44 medidas colocadas à discussão, apenas 10 foram contempladas, ficando assim muito aquém daquilo que é necessário para resolver os problemas do abandono do mundo rural e do interior, incluindo o flagelo dos incêndios florestais. Propostas como o Programa Integrado de apoio às vítimas e áreas atingidas pelos incêndios florestais de 2017 de defesa da floresta contra incêndios ou a valorização da agricultura familiar e do mundo rural e de promoção do Desenvolvimento Regional, foram excluídas, o que lamentamos.

Ao longo do debate do OE para 2018, PSD e CDS procuraram desvalorizar o conjunto de medidas positivas deste OE.

Enquanto governaram, PSD e CDS, a partir do Governo, atacaram os direitos sociais, liquidando uns e transformando outros em prestações de caridade, assentando o seu discurso na ideia de que os direitos são privilégios. O objectivo era o de transformar cidadãos com direitos em gente à mercê do Governo que comandavam, sujeita a todo o tipo de discricionariedade e colocada na sua órbita e dependência políticas.

Não surpreende, por isso, que PSD e CDS utilizem agora o termo “clientela” para designar o povo deste país e talvez não seja exagerado dizer que, devolvendo a este povo os direitos que

Ihe foram roubados, estaremos sim a libertar o povo dessas lógicas de clientela e a garantir a dignidade de cidadãos com direitos que são livres de decidir do seu destino.

É preciso lembrar que foi a luta dos trabalhadores e das populações e a intervenção decisiva do PCP que, após as eleições de 2015, permitiram interromper a marcha forçada de exploração e empobrecimento que estava em curso pelo PSD/CDS.

Que caso o Governo PSD/CDS tivesse continuado, o país estaria confrontado com novas privatizações, cortes nos salários e ataque aos direitos dos trabalhadores, para além da ameaça de cortes de 600 milhões de euros nas reformas, pensões e apoios sociais.

Quem se preocupa com as condições de vida dos trabalhadores e do povo e com o futuro do país tem de valorizar os avanços alcançados com o OE para 2018.

Contudo, este OE, globalmente, está longe de corresponder ao que é necessário para ultrapassar os problemas do país e à degradação das condições de vida provocada pela política de direita da responsabilidade de sucessivos governos PS, PSD e CDS. E as opções erradas que nele permanecem inviabilizam que se concretize uma política verdadeiramente alternativa e mantêm as vulnerabilidades e dependências que impedem o desenvolvimento económico e social do País.

É preciso ir mais longe e continuar a lutar fazer para libertar o país daquilo que o amarra garantindo um futuro de desenvolvimento, progresso e justiça social para o nosso país e o nosso povo. Não se trata de diferenças de ritmo ou intensidade em medidas de reposição de direitos mas sim de opções de fundo que é preciso tomar. E é disto que falamos quando nos referimos à necessária concretização de uma política patriótica e de esquerda.

O povo e os trabalhadores portugueses sabem que podem continuar a contar com o PCP!

Odivelas, 29 de Novembro de 2017

Os Vereadores da CDU